

BH/UFC

Universidade Federal do Ceará
Reitor
Prof. Roberto Cláudio Frota Bezerra

Vice-Reitora
Profª Maria da Silva Pitombeira

Edições UFC
Av. da Universidade, 2995 - Benfica
Fortaleza - CE - Brasil
CEP 60020-181
TEL/FAX: (085) 283.4069
<http://elis.npd.ufc.br/eufc.htm>
editufc@ufc.br

Editor
Prof. Italo Gurgel
Editora Adjunta
Carmina Dias

Diretor da Imprensa Universitária
Prof. Geraldo Jesuino da Costa

© 1999 by Linda Maria de Pontes Gondim
Direitos reservados em língua portuguesa a Edições UFC

Ficha catalográfica elaborada por
Perpétua Socorro Tavares Guimarães
Reg. C.B.R. 3 nº 801/98

G 637p

GONDIM, Linda Maria de Pontes (Org.)
Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação
de mestrado / Linda Maria de Pontes Gondim.
(Organizadora). Fortaleza: EUFC, 1999.

146 p.
(Série Percursos)

1. Metodologia da pesquisa científica 2. Métodos e técnicas de pesquisa social 3. Projeto de pesquisa
I. Título

CDD 001.42
CDU 001.81

Printed in Brazil

ISBN 857282-054-X

001.42

SAU
R 1299301
Cod. Cat. - C629081
02 JUN 2000
Ac: 45711

4 PROJETO DE PESQUISA DE ASPIRANTES A CORONÉIS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR (ESTUDO DE CASO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GENERAL EDGARD FACÓ)¹

Leonardo Damasceno de Sá

RESUMO

Desde 1929, a Polícia Militar do Ceará investe na formação técnico-profissional de seus oficiais. Atualmente, a Academia de Polícia Militar General Edgard Facó, responsável pela formação de oficiais de nível superior, dentre outros cursos de especialização, exerce uma importante função no processo de reprodução social da corporação policial militar. Quer-se pesquisar a especificidade da construção social da subjetividade no interior do processo de formação dos oficiais, ou seja, o problema da constituição de sujeitos dispostos e disciplinados a assumirem prática e teoricamente o papel de agentes policiais do Estado. Trata-se de descobrir o modo de produção da subjetividade do oficial da PM, a partir da experiência social da Academia.

4.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

A polícia militar representa um grupo específico do campo burocrático do Estado que exerce um poder legal e extralegal sobre a vida e sobre o cotidiano da população, principalmente em se tratando da população urbana. Para que se possa entender o papel e o funcionamento da atividade policial militar na sociedade cearense e brasileira, faz-se necessário refletir sobre o fato de que a corporação que ocupa um lugar específico na divisão do trabalho de dominação precisa ela mesma

¹ Versão preliminar de projeto de pesquisa para dissertação de Mestrado em Sociologia, orientada pelo professor César Barreira. Apresentada como trabalho final da disciplina Métodos de Investigação Social, ministrada pela professora Linda M. P. Gondim no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, no segundo semestre de 1997.

reproduzir-se, construindo os mecanismos a partir dos quais ela se torna um meio eficaz do exercício de poder. Dentre esses mecanismos, destaca-se a socialização de seus agentes no sentido de assumirem uma disposição corporal e mental que propicia a reprodução de si mesmos como agentes da ordem e da lei. Destarte, trabalho desde já com a hipótese que a Academia de Polícia Militar ocupa um lugar central nesse processo de socialização.

Os policiais militares são socializados formal e informalmente a partir de certos princípios práticos de ação e de formas específicas de classificação do mundo, capazes de torná-los úteis e obedientes ao mesmo tempo, ou seja, disciplinados para o exercício do poder disciplinar e do poder sobre a vida. Esta pesquisa pretende explicitar os meandros deste processo de socialização, dando prioridade ao problema da construção ou do modo específico de produzir a subjetividade social a partir das técnicas e dos mecanismos de individualização exercidas no Curso de Formação de Oficiais.

Parto do pressuposto de que os sujeitos sociais não estão dados desde sempre e que não são meros receptáculos de conteúdos significativos, mas, sim, que eles são inventados a partir de determinadas relações de poder. Preocupo-me em explicitar os mecanismos de poder implicados no processo de subjetivação pelo qual passam aqueles indivíduos que são “seqüestrados” da vida social pelo aparelho policial do Estado. Ademais, trata-se de compreender como se dá a interação entre os processos disciplinares e a construção do Eu no caso da socialização dos oficiais da polícia militar. Ao se entender isso, poder-se-á entender as condições sociológicas que possibilitam a existência de trajetórias voltadas e dispostas, tanto prática, quanto teoricamente, ao exercício policial do monopólio do uso da violência pelo Estado.

O *locus* de realização da pesquisa é a Academia de Polícia Militar General Edgard Facó, uma instituição de ensino de nível superior, localizada em Fortaleza, Ceará. Dividida em três níveis de formação — Curso de Formação de Oficiais, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso Superior de Polícia —, esta Academia é responsável não apenas pela formação de oficiais da Polícia Militar do Estado do Ceará, mas também de outros Estados da Federação. Não é, obviamente, a única Academia de formação de oficiais da PM, mas adquiriu expressão nacional em termos de ensino policial-militar, beneficiando-se do

intercâmbio acadêmico que ocorre entre as polícias militares do Brasil, a exemplo do que ocorre em outros países.

Funcionando como um curso de nível superior, a Academia recruta num primeiro nível (Curso de Formação de Oficiais – CFO) brasileiros e brasileiras, solteiros — exceção feita para os praças² da própria corporação, que podem ser casados e prestar concurso para a Academia —, com o 2º grau completo, por meio do vestibular da Universidade Estadual do Ceará, numa primeira fase, e de etapas aplicadas pela própria Polícia Militar, numa segunda fase. O candidato deve ser maior de 18 anos e ter, no máximo, 26 anos (exceção feita, novamente, para os praças da PM), gozar plenamente de seus direitos políticos e estar em dia com suas obrigações militares. Não deve apresentar antecedentes criminais incompatíveis com a função, além de atender a outros critérios relativos à saúde e às condições físicas.

Os cursos da Academia estão em estreita ligação com a ascensão e com os postos ocupados pelos policiais militares no interior da hierarquia e da carreira. Há basicamente duas categorias de agentes: oficiais e praças. Como foi indicado anteriormente, os praças são os soldados, os cabos, os sargentos e os subtenentes, em ordem crescente de autoridade militar. Os oficiais da PM são tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis, igualmente, em ordem crescente de autoridade militar. O Curso de Formação de Oficiais (CFO) constitui o primeiro momento da formação dos indivíduos que almejam fazer parte do quadro de oficiais da PM. Os alunos desse curso são considerados alunos-oficiais, e quando terminam o curso são imediatamente considerados como aspirantes a oficiais. Com duração de três anos, o CFO funciona em regime de internato, nos dois primeiros anos, e semi-internato, no último ano, com dedicação em tempo integral.

O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) é dirigido aos capitães da PM que queiram obter ascensão ao posto de major, e tem duração de seis meses. Já o Curso Superior de Polícia é destinado àqueles que almejam atingir a patente máxima na hierarquia da polícia militar (Coronel), o que requer também um estágio num país estrangeiro.

² São classificados como praças o soldado, o cabo, o terceiro, o segundo e o primeiro sargentos, e o subtenente.

4.2 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Em 1835, foi criada a primeira corporação policial-militar do Estado do Ceará, denominada de Força Policial. Não se tratava de um fato isolado, pois as polícias militares de quase todos os Estados brasileiros foram criadas na primeira metade do século XIX. A invenção de organizações policiais-militares nesse período foi concomitante à própria formação do Estado no Brasil. Durante todo o século XIX, as elites neocoloniais brasileiras empreenderam a construção de uma estrutura estatal que viesse a se sobrepor aos laços de poder já existentes, baseados numa hierarquia exclusivista e numa dominação autoritária. Foi neste contexto que as instituições policiais brasileiras foram criadas (HOLLOWAY, 1997, p. 249).

De 1835 até nossos dias, houve várias mudanças nas denominações das corporações policiais militares do Ceará.³ Em 1929, ocorreu a fundação da Escola de Formação Profissional da Força Pública, destinada à formação profissional dos oficiais, a qual, entretanto, permaneceu fechada entre 1931 e 1935. Somente a partir de 1940, com a fundação da Escola de Formação de Oficiais, o processo pedagógico tornou-se um elemento organizacional permanente. Em 1946, a Escola de Formação de Quadros — a denominação mudara já em 1941 — passa a se chamar Grupamento Escola, denominação que se manteria até 1971, quando a escola foi renomeada, passando a se chamar Academia de Polícia General Edgard Facó. A atual denominação, como já foi dito, data de 1977.

Para além da cronologia, a historiografia não parece ter produzido muitos trabalhos, contextualizando a atuação das instituições policiais do

³ De 1835 a 1889, a organização responsável pelo policiamento militar denominou-se Força Policial. Entre 1889 e 1892, passou a ser denominada de Corpo de Segurança Pública. Entre 1892 e 1899, ganhou a alcunha de Batalhão de Segurança do Ceará. De 1899 até 1913, resumiu-se para Batalhão de Segurança. Em 1913-14, chamou-se Batalhão Militar e entre 1914 e 1921, de Regimento Militar do Estado. De 1921 a 1924, Força Pública Militar do Ceará. De 1924 a 1929, mudou-se sua denominação para Regimento Policial do Ceará. Entre 1929 e 1932, chamava-se Força Pública do Estado, e nos dois anos seguintes, Corpo de Segurança Pública. De 1934 a 1937, tornou-se novamente Força Pública do Ceará. De 1937 a 1939, Polícia Militar do Ceará. De 1939 a 1947, Força Policial do Ceará. Finalmente, desde 1947 mantém-se a denominação pela qual a conhecemos hoje, Polícia Militar do Ceará (HOLANDA, 1987, p. 105-6).

Estado do Ceará. Neste sentido, esta pesquisa terá como um de seus objetivos contribuir para a historiografia de uma importante instituição de ensino da polícia militar cearense.

O meu interesse pelo problema de pesquisa começou a amadurecer a partir da elaboração de uma monografia, apresentada como requisito parcial à obtenção do bacharelado em Ciências Sociais, a qual versava sobre as rebeliões de prisioneiros no sistema prisional brasileiro (SÁ, 1996). A partir desse trabalho, pude perceber que a compreensão da realidade das prisões requeria o entendimento da inserção da instituição carcerária num circuito de mecanismos de poder, caracterizados por três momentos solidários: sistema judiciário, sistema prisional e sistema policial. A análise da ação das forças policiais na repressão às rebeliões nos presídios e da utilização do saber classificatório, produzido graças ao processo de encarceramento legal, me levou a buscar desvendar os mecanismos de constituição da atividade policial ao desempenhar suas funções de poder específicas no interior do sistema justiça-prisão-polícia.

4.3 REVISÃO DE LITERATURA

Há uma certa unanimidade em apontar a escassez de estudos históricos e sociológicos sobre as instituições e práticas policiais no Brasil. Pode-se, todavia, afirmar que tal escassez é um fenômeno muito mais geral e diz respeito também a outros países. No caso do Brasil, BRETAS (1977a, p.11) chega a afirmar que “[a]té a década de 1960, praticamente nada sabíamos sobre o trabalho desenvolvido pela polícia especialmente nos interregnos entre as greves”. Os estudos históricos existentes sobre a polícia até recentemente prendiam-se, segundo esse autor, a uma perspectiva quantitativo-institucional, ou seja, priorizavam a análise das estatísticas criminais e da produção legislativa sobre a polícia. Tais enfoques tendem a adotar uma visão naturalizada do objeto, aceitando, por exemplo, os pressupostos teóricos e as representações sociais dos próprios agentes policiais acerca de suas atividades.

Pesquisadores como Roberto Kant de Lima, Luciano de Oliveira, Marcos Luiz Bretas, Paulo Sérgio Pinheiro, Guaracy Mingardi, Antônio Luiz Paixão e Heloísa Fernandes desenvolveram trabalhos que apontam para uma preocupação direta com o problema da cultura policial no

contexto sócio-histórico brasileiro, mas, considerando-se a relevância político-acadêmica do tema, pode-se afirmar que são poucos os trabalhos que se atêm a discutir o problema da formação de uma cultura policial ou, mais especificamente, de uma cultura política dos policiais.

BRETAS (1997a e 1997b) preocupa-se, sobretudo, com a discussão da atividade policial como desenvolvida na vida cotidiana. Pergunta-se quais são os contextos de interação existentes entre polícia e população e como esses contextos evoluíram na história das instituições policiais no Brasil. O autor em causa volta-se para a formação das instituições policiais, do Primeiro Reinado às primeiras décadas de consolidação do período republicano, com o intuito de apresentar as relações entre polícia e população, evitando caracterizar o passado a partir de realidades sociais do presente.

Baseando-se na tradição sociológica anglo-americana, Bretas tematiza o problema da formação de uma cultura policial, ou seja, de um modo específico de classificar o mundo social derivado da atividade policial nos diversos contextos históricos em que se realiza. A conjunção de uma preocupação com os contextos interativos numa perspectiva sociológica e a investigação histórica destes contextos é uma contribuição original para a pesquisa acadêmica.

Do ponto de vista da antropologia, LIMA (1995) oferece uma excelente contribuição à discussão do tema. Para ele, as práticas policiais brasileiras são informadas por uma longa tradição jurídico-penal, chamada por ele de tradição inquisitorial, e ligadas a uma história de autoritarismo político que remonta ao período colonial. Assim, a polícia, uma criação do ideário liberal, teria absorvido a concepção hierárquica exclusivista que marca a sociedade brasileira. Para Kant de Lima, “as práticas policiais no Brasil não representam um fenômeno isolado, mas refletem as ideologias política, legal e judicial, bem como o exercício do poder e a administração da justiça na sociedade brasileira” (LIMA, 1995, p.143).

HOLLOWAY (1997), adotando a perspectiva da história social, reconstitui a história da polícia do Rio de Janeiro, de modo que se pode perceber a forte ligação existente entre as instituições policiais e a construção do Estado brasileiro. As elites neocoloniais, durante todo o século XIX, conjugaram esforços no sentido de sobrepor à estrutura de

poder formada durante o período colonial, um Estado que garantisse os anseios de controle social das oligarquias escravocratas brasileiras e os interesses agro-exportadores do capitalismo comercial.

Uma das principais conclusões de Holloway é apontar o lugar da ideologia, defendida sobretudo pelos agentes que compõem o aparelho policial, de que a polícia existe, essencialmente, para o combate da criminalidade. O autor mostra que, longe de combater o crime, a principal atividade da polícia, no processo cotidiano de renovação dos esforços de dominação social, é pôr sob controle os diversos segmentos das classes populares que estão em permanente circulação pelos espaços urbanos nascentes no século XIX. No Brasil, especificamente, havia o objetivo histórico de vigilância da mão-de-obra escravizada e dos brasileiros livres, mas pobres, que viviam nos cortiços das grandes cidades, como Rio de Janeiro e Recife. A obra de HOLLOWAY (1997) é um excelente exemplo da possibilidade de se conjugar uma visão de conjunto — ou seja, do lugar que as instituições policiais ocupam no interior de uma sociedade dada — e uma perspectiva capaz de desvendar os contextos interativos cotidianos, a partir dos quais se torna possível exercer um controle efetivo sobre a população dominada de uma sociedade.

Bretas, Lima e Holloway representam três modelos de análise possíveis em relação ao estudo da polícia. O primeiro prioriza os contextos de interação, ou seja, o cotidiano da atividade policial; o segundo, além disso, faz ligações entre estes contextos e o contexto geral da cultura e da dominação na história brasileira. O modelo de Holloway permite conjugar as perspectivas de uma “macro” e de uma “micro-sociologia” da polícia no Brasil, ainda que o autor não expresse essa intenção.

4.4 QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO

Pretende-se abordar o problema de pesquisa, descrito anteriormente, a partir da problemática foucaultiana, tendo como eixos a disciplinarização e a genealogia do sujeito.

Para Michel Foucault, houve, nos séculos XVIII e XIX, concomitantemente à consolidação das sociedades capitalistas modernas, a formação de uma sociedade disciplinar, responsável, ainda hoje, pelas mais importantes formas de sujeição nas sociedades modernas. A partir

de novas práticas penais e judiciárias pôde-se desenvolver, no interior das mais diversas instituições sociais (escolas, prisões, fábricas, etc.), formas específicas de exercício do poder, capazes de criar subjetividades, a um só tempo, politicamente dóceis e economicamente úteis. Tal equação é, justamente, o que distingue o poder disciplinar de outras formas de exercício do poder que se lhe assemelham à primeira vista (escravização, domesticação, vassalagem, ascetismo, controles monásticos, etc.). Segundo o mesmo autor, isso quer dizer que

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriña, o desarticula e o recompõe (FOUCAULT, 1991, p. 127).

Assim, a sociedade disciplinar é a sociedade do controle social, da “ortopedia social” (FOUCAULT, 1996, p. 86).

A polícia, a prisão e a justiça formam nessa sociedade disciplinar um circuito de poder, baseado em técnicas específicas de sujeição, técnicas de construção do corpo disciplinado. Para além da simples interiorização de conteúdos significativos e de formas de classificação do mundo ou de uma ordem social dada, por parte de um sujeito, tratado como objeto de disciplinarização ou de socialização, o poder disciplinar constrói o próprio sujeito. Foucault não admite a existência universal de um sujeito humano sobre o qual se imprimiria um processo de socialização qualquer, entendido como simples constituição de um universo simbólico específico. Para ele, o processo de poder inventa o próprio sujeito: “...as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade” (FOUCAULT, 1996, p. 27).

Para o filósofo francês, há relações intrínsecas entre o poder e o saber, relações de mútua positivação: este se constrói a partir de determinados efeitos de poder, passando a atuar como um elemento importante na produção de tais efeitos, ou seja, no próprio exercício do poder.

Os sujeitos sociais são inventados nas e pelas relações de poder, na articulação entre determinados mecanismos (técnicos e discursivos), capazes de engendrá-los. A genealogia é o caminho (método) pelo qual Foucault desconstrói teoricamente os sujeitos sociais, em suas identidades, para buscá-los em seus processos de constituição, ou de subjetivação. Para tanto, há que se privilegiar não apenas as técnicas de dominação (de disciplinarização), elaboradas no interior de uma instituição social, mas também as técnicas do Eu, ou seja, as técnicas pelas quais o indivíduo age sobre si próprio no processo social:

...se tem que levar em conta a interação entre estes dois tipos de técnicas, os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos uns sobre os outros recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si próprio e, em contrapartida, os pontos em que as técnicas do eu são integradas em estruturas de coerção (FOUCAULT, 1993, p.207).

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como toda instituição, a polícia militar precisa gestar, de alguma maneira, as condições básicas de sua própria reprodução. Há, portanto, toda uma economia de poder, ou seja, um conjunto de estruturas objetivas, organizacionais, bem como de estruturas mentais, que produz uma subjetividade mais ou menos homogênea, dependendo do estado desta economia de poder. Assim, a criação de um sistema de princípios, percepção e avaliação na e para a prática (*habitus*) e a formação de uma ideologia, a partir da explicitação de algumas representações simbólicas de forma sistemática, são os processos que me proponho a pesquisar, entendendo serem eles capazes de elucidar a posição da instituição policial-militar no campo de poder, além de fornecer uma primeira compreensão da atividade policial militar, enquanto viabilizadora da dominação estatal.

Mesclar etnografia e historiografia está entre as pretensões da pesquisa. Acompanhar o processo de socialização na Academia, ao mesmo tempo em que busco reconstituir a história do ensino policial-militar no Ceará, pode fornecer uma conjugação metodológica que responda às deficiências históricas, por vezes apresentadas pelo trabalho etnográfico, e as deficiências do trabalho histórico quanto aos contextos

de interação, organizados a partir de práticas sociais e de relações de poder concretas.

Nessa perspectiva, pretendo trabalhar com a história de vida de alguns atuais coronéis da Polícia Militar do Estado do Ceará, priorizando o período em que cursaram a Academia de Polícia Militar. Venho fazendo, desde setembro de 1997, uma observação participante na Academia da Polícia Militar General Edgard Facó, acompanhando como ouvinte aulas ministradas por e para oficiais da corporação. Além disso, venho reunindo artigos de jornais publicados nos mais diversos órgãos da imprensa por membros da corporação policial militar, os quais são uma fonte importantíssima para o estudo da ideologia específica dos oficiais da PM, já que se projetam para fora da instituição com perspectivas de justificação da função da mesma. Na academia para formação de oficiais da PM, são produzidos trabalhos monográficos em diversos níveis (CFO, CAO e CSP) que me parecem uma fonte de pesquisa riquíssima, pois há toda uma sociodicéia nela inscrita.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. O sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. *Revista USP*, São Paulo, v.9, mar./maio 1991. p.65-78.
- _____. Cidadania e administração da justiça criminal. In: DINIZ, E., LEITE LOPES, S., PRANDI, R. (Orgs). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS/IPEA, 1993. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia.
- _____. Crime, justiça penal e igualdade jurídica: os crimes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP*, São Paulo, v.21, 1994 p.133-51. mar./maio.
- _____. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 43, nov. 1995. p. 45-63, nov.
- ADORNO, S. & BORDINI, E. Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, v. 9, n. 3, fev. 1989. p. 70-94.

- _____. A socialização na delinqüência: reincidentes penitenciários em São Paulo. *Cadernos*, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos/CERU, v. 3, p. 113-47, 1989. sér. II.
- ADORNO, S. & FISCHER, R.M. *Análise do sistema penitenciário do Estado de São Paulo: o gerenciamento da marginalidade social*. São Paulo: CEDEC. 1987. 2v. (mimeo).
- ADORNO, S. & PINHEIRO, P.S. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito. São Paulo em Perspectiva. *Revista da Fundação SEADE*. São Paulo, v.7, n.1, p.106-118, jan./mar. 1993.
- BENEVIDES, M.V. *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário de imprensa*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRANT, V.C. *O trabalho encarcerado*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- BRANT, V.C., et al. *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRETAS, L.M. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997a.
- _____. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.
- CALDEIRA, T. Direitos humanos ou "privilégios de bandidos"? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 30, p. 162-174, jul. 1991.
- CAMARGO, A.B.M; ORTIZ, L.P.; FONSECA, L.A.M. Evolução da mortalidade por acidentes e violências em áreas metropolitanas. In: MONTEIRO, C.A. (Org). *Velhos e novos males da saúde pública no Brasil: a evolução do país e suas doenças*. São Paulo: HUCITEC; 1995.
- CARDIA, N. *Direitos humanos: ausência de cidadania e exclusão moral. Princípios de justiça e paz*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo/ Comissão Justiça e Paz, p. 88, 1994.
- CASTRO, M.M.P. de. Ciranda do medo: controle e dominação no cotidiano da prisão. *Revista USP*, São Paulo, v. 9, p. 57-64, mar./maio 1991.
- _____. Assassinatos de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, de Estudos Sociais/Ces, v. 36, p. 81-102, fev. Centro [data?]

- COELHO, E.C. A administração da justiça criminal no Rio de Janeiro. 1942-1967. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p. 61-81 I, 1986.
- _____. *A oficina do diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.
- _____. A criminalidade urbana violenta. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 145-83, 1988.
- DAHRENDORF, R. *A lei e a ordem*. Brasília: Instituto Tancredo Neves, 1987.
- _____. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- Da MATTA, R. Raízes da violência no Brasil. In: Vários autores. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DOZINGER, S. (Org.). *The real war on crime: the report of the National Criminal Justice Commission*. New York: Harper-Perennial, 1996.
- FEIGUIN, D. & LIMA, R. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. São Paulo em Perspectiva. *Revista da Fundação SEADE*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 73-80, abr./jun. 1995.
- FERNANDES, H. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v.1 I n.2, p. 121-34, 1989.
- FISCHER, R.M. *O direito da população à segurança*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. Verdade e subjectividade. *Revista de Comunicação e linguagens. Michel Foucault: uma analítica da experiência. Coimbra, Cosmos. n° 19. (1993)*
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1996
- GOES, E.M. *Rebeliões carcerárias: a recusa das grades, estudo das rebeliões ocorridas nos presídios paulistas no período de 1982/6, 1991. (Dissertação de Mestrado, UNESP): (mimeo).*

- HOLANDÁ, J.X. *Polícia militar do Ceará*. Fortaleza: PM do Ceará, 1987.
- HOLLOWAY, T. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LAGRANGE, H. Formes de sociabilité, insécurité et sentiment d'insécurité. *Revue de la Gendarmerie*, Paris, v.171, p. 15-20, 1993.
- _____. La pacification des moeurs à l'épreuve: l'insécurité et les atteintes prédatrices. *Déviance et Société*, v.17, n. 3, p. 279-89, 1993.
- _____. La peur à la recherche du crime. *Déviance et Société*, v.17, n. 4, p. 385-417, 1993.
- _____. e ZAUBERMAN, R. Du débat sur le crime et l'insécurité aux politiques locales. *Déviance et Société*, Genève, v.15, n. 3, p. 233-55, 1991.
- _____. e ROCHÉ, S. *L'insécurité: histoire et regulation, études et recherches*. Paris: IHESI – Institut des Hautes Études de la Sécurité Intérieure, 1993, 67p. (mimeo).
- LIMA, R.K. de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Rio de Janeiro, 1995.
- _____. Constituição, direitos humanos e processo penal inquisitorial: quem cala, consente? *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.33, n. 3, p. 471-88, 1990.
- _____. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.10, n. 4, p. 65-84, 1989.
- MACHADO DA SILVA, L.A & CHINELLI, F. O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre as escolas de samba e o jogo do bicho. *Revista do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano I, v.1, p. 42-52, 1993.
- MARTINS, J. de S. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo, São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- MELLO JORGE, M.H.de., MARQUES, Marília Bernardetes. Mortes violentas em menores de 15 anos no Brasil. In: *Boletim De La Oficina Sanitária Panamericana.*, ano 65, v.100, n. 6, p. 590-606, jun.1986.

- MINGARDI, G. *Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na polícia civil*. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- OCQUETEAU, F. Les marchés de la sécurité privée: développement et implications, différentes conceptions de l'exercice de la police. *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*, Paris, v. 3, p. 81-111, nov./jan., 1990-91.
- OCQUETEAU, F. & PEREZ DIAZ, C. Le regard des français sur la justice pénale: évolution des représentations. *Bulletin*, Paris, v.19, numero "Sociologie et Justice". 3ème trim. p. 41-7, 1989. (Publication trimestrielle du C.L.C.J. - Comité de Liason du Contrôle Judiciaire).
- PAIXÃO, A.L. A organização policial numa área metropolitana. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p. 63-85, 1982.
- _____. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P.S. (Org). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Uma saga carcerária. *Temas IMESC. Soc. Dir. Saúde*. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 97-100, 1984.
- _____. *Recuperar ou punir?: como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez & Associados, 1987.
- _____. Crime, controle social e consolidação da democracia. In: O'DONNELL, G. e REIS, F.W. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice- Editora Revista dos Tribunais. p-166-99, 1988.
- _____. A violência urbana e a sociologia: sobre crenças e fatos e mitos e teorias políticas e linguagens... *Religião e sociedade*, São Paulo, v.15, n.1, p. 68-81, 1990.
- _____. Segurança privada, direitos humanos e democracia. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 31, p. 131-41, 1991.
- PASTORE, J. et al. *Crime e violência urbana*. São Paulo: IPE/USP, 1991.
- PINHEIRO, P.S. *Escritos indignados*. São Paulo: Brasiliense, [data?].
- _____. (Org). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, [data?].

- _____. Violência do Estado e classes populares. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 5-24, 1979.
- _____. Polícia e crise política: o caso das Polícias Militares. In: Vários autores. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. & SADER, E. O controle da polícia no processo de transição democrática. (Temas IMESC) *Soc. Dir. Saúde*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 77-95, 1985.
- _____. et al. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo 81-89. *Revista USP*. São Paulo, v. 9, p. 95-112, mar. 1991.
- PIRES, A.P. & LANDREVILLE, P. Les recherches sur les sentences et le culte de la loi. *L'Année Sociologique*. Paris, v. 35, p. 83-113, 1985.
- ROBERT, Ph. & VAN OTRIVE, L. *Crime et justice en Europe: état des recherches, évaluations et recommandations*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- _____. & ZAUBERMAN, R. *Du côté des vic-times: un autre regard sur la délinquance*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- ROCHÉ, S. *Le sentiment d'insécurité*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 311, 1993.
- _____. *Insécurité et libertés*. Paris: Seuil, 1994. (coll. L'épreuve des faits).
- SÁ, L.D. *Revolta na sociedade dos cativos: as rebeliões de prisioneiros no Brasil*. Fortaleza, 1996. (mimeo).
- SOARES, L.E. et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, 1996.
- SOUZA, E. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 1980. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 45-60, 1994. O impacto da violência social sobre a saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública, supl. 1.
- VELHO, G. & ALVITO, M. (Orgs). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, [data?].
- ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.